



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

OS ESTUDOS DE GÊNERO DA MARGINALIDADE AO FACTUAL: NAS VIAS HISTORIOGRAFICAS DA ANTIGUIDADE À PÓS- MODERNIDADE

Lucileide Procópio de Arruda;

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. ¹lucileide.arruda@gmail.com;

Resumo:

O objetivo deste artigo é lançar olhares sobre a trajetória dos estudos de gênero no campo da História na temporalidade decorrente do período da Antiguidade à Pós – Modernidade, elencando como durante tanto tempo o gênero feminino esteve fora dos cânones da historiografia em função da produção deste conhecimento basear-se acima de tudo sobre o sexo masculino. Este trabalho é versado teórico metodologicamente por análises bibliográficas referentes aos estudos de gênero descritos na produção historiográfica tecidas sobre a temporalidade supracitada. Para isso foram estabelecidos diálogos com os/as autores/as Albuquerque Jr. (2009), Burke (1992), Nogueira (2004), Pedro (2005), Reis (2004), Louro (2010) e Scott (1995), visando compreender como a historiografia se teceu mediante os desígnios dos valores constituídos pela distinção biológica dos sexos impregnadas na cultura histórica política e “oficial”. Esta proposta de estudo surgiu como inquietação a partir de pesquisas realizadas para o trabalho de conclusão do curso de História, ao qual fora revisitada uma série de produções teóricas concernentes as discursões de gênero com enfoque principal sobre as mulheres na História, que nos revelou o quanto esta temática era lacunar nos períodos que antecederam à Pós-modernidade, caracterizados pela produção de uma história oficial, na qual as mulheres pouco apareciam, notando-se que o aumento destas obras relacionadas á temática das mulheres só veio à ocorrer com os movimentos feministas, que por sua vez, em suas lutas acabaram apropriando-se da palavra gênero para se referenciar as relações entre homens e mulheres impulsionando assim pesquisas e trabalhos sobre estas personagens ocultadas pela História.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Feminismo, Gênero.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é lançar olhares sobre a trajetória dos estudos de gênero no campo da História na temporalidade decorrente do período da Antiguidade à Pós-Modernidade, elencando como durante tanto tempo o gênero feminino esteve fora dos cânones da historiografia em função da produção deste conhecimento basear-se acima de tudo sobre o sexo masculino.

E de modo a revelar como a mulher foi representada ou ocultada na História mediante a realização de análises sobre as correntes historiográficas que regeram a produção desse conhecimento na temporalidade supracitada. Estabelecendo diálogos com autores como Albuquerque Jr. (2009), Burke (1992), Nogueira (2004), Pedro (2005), Reis (2004) e dentre outros.

Revelando também o papel do movimento feminista na inclusão dos estudos das mulheres na História, despontando principalmente para a construção do termo gênero como categoria analítica na História através das contribuições teóricas de Louro (2010), Pedro (2005) e Scott (1995), figuras bastante conhecidas no debate sobre gênero.

METODOLOGIA

Este trabalho é versado teórico metodologicamente por análises bibliográficas referentes aos estudos de gênero na produção historiográfica, que se teceram acerca da temporalidade de estudo concernente a Antiguidade e à Pós-Modernidade. Para isso foram estabelecidos diálogos com os/as autores/as Albuquerque Jr. (2009), Burke (1992), Nogueira (2004), Pedro (2005), Reis (2004), Louro (2010) e Scott (1995), visando compreender como a historiografia se teceu mediante os desígnios dos valores constituídos pela distinção biológica dos sexos impregnados na cultura histórica política e “oficial”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

RESULTADOS E DISCUSÃO

Ao longo de nossos estudos bibliográficos verificou-se que trabalhar com gênero na escrita da história nem sempre fora possível, tendo em vista, que a princípio a História só tratava dos feitos dos grandes homens. Contudo, embora o conceito de gênero se refira a relação entre as categorias feminina e masculina, subentende-se que durante muito tempo esta linha de pesquisa, assim como outras, tenha feito parte das áreas marginais da História, principalmente por não narrar fatos oficiais ou heroicos dignos de serem postergados as gerações futuras e por deter-se a uma história eminentemente masculina. Sobre isto o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), revela que:

[...] a História surgira com a pretensão de ser mestra da vida – de dar testemunho do que os homens foram capazes de fazer de grandioso no passado e também de deixar para as futuras gerações o exemplo daquilo que constituíram seus erros, seus equívocos, daquilo que se poderia chamar de encarnação do mal e da ignorância [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 228).

Todavia, a história dos grandes homens, segundo Albuquerque Júnior (2009), é uma prática utilizada desde os primeiros historiadores da Antiguidade, a exemplo de Heródoto de Halicarnasso e Tucídides de Atenas. Neste período supracitado já era comum o registro pelos intelectuais humanistas da época de histórias sobre os grandes homens, como reis, soldados, generais e outros que ocupavam cargos elevados na sociedade, e que por sua vez, teriam realizado algum ato glorioso na história.

Albuquerque Júnior (2009, p. 229), ainda menciona que estas histórias deveriam ser tomadas como exemplo, isto é, “A História deveria ensinar virtudes, deveria vincular valores”, e, neste caso as mulheres raramente apareciam, e quando isto acontecia estas estavam ali representadas como exemplos de boa esposa, mãe, filha, ou mesmo era apresentada de forma pejorativa.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Entretanto, segundo Peter Burke (1992, p. 11), este tipo de narrativa historiográfica começara a ser contestada no Iluminismo, período em que já se registrava preocupações com uma “história da sociedade”, história esta “[...] que não se limitava a guerras e á política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os ‘costumes’ [...]”.

Mas, esta história sociocultural iniciada durante o século XVIII vem a ser interrompida com a Escola Metódica alemã, também conhecida como positivista, tendo Leopold Von Ranke um de seus maiores defensores, historiador este, que, assim como outros adeptos desta corrente teórica, caracterizava-se por sua produção historiográfica eminentemente erudita e política baseada essencialmente em documentos oficiais, neste momento a História só poderia se constituir a partir de documentos, sem eles não era História, mas sim literatura.

Sendo este mais um fator responsável pela ausência das mulheres na História, pois, segundo Nogueira (2004, p. 03), as mulheres pouco apareciam em documentações oficiais, sendo mais comum descrições sobre as mesmas em meio à literatura, a título de exemplo, a autora relata que na Antiguidade “os recenseamentos omitiam informações sobre as mulheres, exceto quando ocupavam o papel de herdeiras. Somente a partir do século III d.c. é que elas são recenseadas”, o que nos leva a supor que outros documentos oficiais também ocultavam as mulheres de seus registros.

Mas, de acordo com Reis (2004, p. 16-17), para Ranke a verdade só poderia ser encontrada nos documentos, e em virtude disto “A função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa. [...] a história [portanto] se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos”. E pela verdade estar pronunciada nos documentos o historiador deveria se portar em sua neutralidade, devendo “escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico, etc” que pudesse interferir na transcrição dos fatos, pois, para Ranke e muitos metódicos “Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante” (REIS, p. 18).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Todavia, é neste contexto de neutralidade que destacamos a presença das mulheres na História dita positivista, pois, como apontam muitos estudos feministas às mulheres eram personagens “ausentes” neste tipo de história, as aspas postas sobre a palavra “ausentes” não são colocadas inocentemente, já que, é por meio delas que buscamos chamar a atenção para a forma como as mulheres apareciam na história, ou seja, embora pouco aparecessem, se torna curioso como estas poucas aparições se realizam recorrentemente alocadas dentro da visão sexista e machista, isto é, realizando atividades reconhecidamente femininas. Sobre esta questão Pedro (2005), cita os estudos da feminista Andrée Michel para denunciar que:

[...] apesar de inúmeras mulheres francesas terem participado do esforço em por um fim nas guerras coloniais [...] a história delas se esqueceu, trazendo apenas nomes masculinos e dando visibilidade para algumas enfermeiras, pelo fato de estas desempenharem uma função aceita pelos homens como feminina. (PEDRO, 2005, p. 83).

Entretanto, ainda criticando esta história metódica, Pedro (2005) revela a forma pejorativa a qual as mulheres são apresentadas quando fogem das regras criadas pelo patriarcalismo, de modo a destacar a sensualidade da mulher como a responsável pela decadência de um homem, ou mesmo a sua “santidade¹”, como caminho para a ascensão masculina. Logo, a autora destaca utilizando-se das contribuições de Elizabeth Fox Genovese, que:

A antiga forma de escrever a história costumeiramente chamada de ‘positivista’, ou às vezes “empirista” dava destaque a personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. [...] Elizabeth Fox Genovese chama este tipo de história de ‘história de governantes e de batalhas’. Nesta história, afirma ela, não havia lugar para as mulheres. [...] Nesta perspectiva da ‘história de governantes e de batalhas’, as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a ‘face oculta’ que governava o trono, ou a república, por trás das cortinas, dos panos, do trono ou seja lá o que for, numa clara insinuação sensual/sexual que pensa que as coisas são decididas nos leitos dos amantes. Estes leitos costumam ser considerados os responsáveis pelas ‘grandes’ decisões da história, e promovem a queda ou a ascensão de governantes. (PEDRO, 2005, p. 84).

Como se pode perceber até então, a historiografia, assim como revela Sobreira (2014, p. 19), ao estudar Michelle Perrot, “ela é masculina e seus objetos também o são”, o que

¹ Este termo é empregado para expressar piedade, sabedoria. Cabendo até mesmo utilizar as Escrituras sagradas contidas no livro de Provérbios (14.1) onde diz: “A mulher realmente sábia edificou a sua casa, mas a tola a derruba com as suas próprias mãos”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

justificou por tanto tempo o silêncio das e sobre as mulheres. Contudo, é com a Escola dos Annales no século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, com a sua “Nova História Cultural” que passamos a verificar mudanças na forma de conceber história, inclusive no que tange a inclusão da mulher entre os cânones da historiografia.

A partir de então a História enquanto uma ciência social passara a caminhar de mãos dadas com outras ciências sociais, tomando por empréstimo alguns conceitos, técnicas de pesquisas e outras ferramentas. Esta interdisciplinaridade aderida pela mesma atuará ampliando não só os campos de estudos, (entre eles o da História das mulheres), mas também as fontes, que até então se restringiam aos documentos oficiais, passando assim a abrir espaço principalmente para o uso da história oral, muito utilizada pela antropologia, assim como de diários pessoais, cartas, poemas, fotografias e dentre outras fontes, pois, esta corrente teórica defendia que tudo que fizesse parte da ação humana era digno de estudo. Fontes que, por sua vez, contribuíram para o estudo das mulheres na História por se aproximarem de seus cotidianos, por fazerem - se em grande parte produções femininas.

Contudo, de acordo com Reis (2004, p. 69), a proposta dos Annales em sua nova história seria compreender os destinos individuais, de modo que o historiador deveria estar sempre atento às mudanças, portando-se como um guerreiro a usar as suas habilidades para se adaptar as “situações novas, a mobilidade e a elasticidade de pensamento”, pois, como diria Febvre “as formas pelas quais uma sociedade organizou ou organiza suas representações do mundo não são nem imóveis nem sem limites. A tarefa primordial do historiador é, portanto, a de marcar os limites do que em um tempo histórico dado é perceptível ou pensável” (FEBVRE, 1968, p. 439 apud REIS, 2004, p. 70).

Logo, estas mudanças também proporcionaram transformações no que concerne a história das mulheres, que antes apresentada sobre os signos de uma boa esposa e mãe ou mesmo de vulgar, passa agora a ser uma história das lutas, das mulheres em sua diversidade, na esfera pública e privada, das astúcias do dia a dia, assim como destacou Perrot (2012):

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítima para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para torna-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2012, p. 15-16 apud SOBREIRA, 2014, p. 19-20).

Porém, é preciso observar que a história das mulheres não mudou da água para o vinho instantaneamente, mas que esta só se tornou possível a partir de uma série de lutas desencadeadas principalmente pelos movimentos feministas contemporâneos que se desenvolveram em algumas partes do mundo e, que por sua vez, se estenderam, conseguindo mais adeptos/as e conseqüentemente fortalecendo os debates em torno da temática, que acabou culminando no uso do termo gênero para designar estes estudos.

Os estudos de Pedro (2005) e Louro (2010), mostram que os movimentos feministas foram os responsáveis por dar origem ao conceito de gênero, entretanto, elas dividem estes movimentos em duas fases, também conhecidas como “ondas” do feminismo, onde segundo as autoras, o feminismo de primeira onda se iniciou no final do século XIX e desenvolveu uma série de lutas em prol dos direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres, que até então estavam restritos ao sexo masculino, objetivos que fizeram o movimento ficar popularmente conhecido como “sufragismo”.

Mas, de acordo com os estudos de Louro (2010) e Pedro (2005), o uso da categoria gênero para tratar dos estudos das relações entre mulheres e homens só veio a surgir no feminismo de segunda onda, fase que de acordo com Pedro (2005, p. 79), teria surgido “depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres”.

O termo passou a ser cunhado devido à discursões em torno da falta de abordagens teóricas no referido movimento, que por sua vez, atuavam certificando ou legitimando o caráter científico dos estudos feministas, estudos que vinham percebendo nas teorias vigentes



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a incapacidade de explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens, logo, a ausência de uma dada teoria tornava-se um prato cheio para os críticos/as do movimento.

Entretanto, Pedro (2005, p. 80), revela que no início da segunda onda do feminismo a categoria usada para se referir aos estudos das mulheres era “Mulher”, objetivando principalmente se contrapor á palavra “Homem” utilizada para se referenciar de forma universal á ambos os sexos, fator destacado pelas feministas como responsável por omitir as mulheres na sociedade, isto é, elas acusavam que esta categoria universalizada não incluíam as “questões que eram específicas da “mulher”, por isso não as representavam.

Porém, Pedro (2005, p. 82), destaca que “o próprio uso da categoria “Mulher”, utilizada pelas feministas para se referenciar aos estudos sobre as mesmas, sofria interpretações as mais diversas, dependendo da maneira como entendiam as relações”, pois, segundo a historiadora muitas feministas queriam uma categoria que representasse a diferença dentro da diferença, ou seja, o conceito de “Mulher” até então utilizado representava as mulheres como idênticas umas as outras, desprezando-se subjetividades, pensamentos, origens sociais ou étnicas. Logo, á autora afirma que todos estes questionamentos acarretou na mudança do uso da categoria “Mulher” pela de “Mulheres”, como podemos constatar no trecho abaixo:

“Todo este debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria ‘mulheres’, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença”. (PEDRO, 2005, p. 82).

Embora tenha ocorrido inúmeros debates em torno do uso da categoria “Mulher” Pedro (2005), ressalta que fora com ela que os historiadores e historiadoras inseriram na narrativa histórica estas personagens que durante tanto tempo estiveram nas sombras da história. Inicialmente obedecendo as tramas da historiografia positivista, baseando-se em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

fontes narrativas oficiais, buscando resgatar as histórias de vida das “grandes mulheres”. E num segundo momento já influenciados pelo método historiográfico dos Annales, com a expansão do conceito de fontes buscou-se escrever a “História vista de baixo”, ou melhor, da mulher comum.

Sobre esta questão, Louro (2010), relata que estes primeiros estudos sobre as mulheres pelas feministas trataram-se de descrições, quase nunca problematizadas, visando denunciar as opressões sofridas e dentre outras situações advindas das diferenciações assentadas sobre os sexos.

Assim, os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. Estudos das áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Contam, criticam e, algumas vezes, celebram as ‘características’ tidas como femininas. (LOURO, 2010, p. 17-18).

Porém, a categoria “Mulheres”, apesar de ser mais aceitável como representante dos estudos das mulheres em sua diversidade, ainda não correspondia adequadamente a uma teorização nestes estudos, já que, neles abstêm-se a relação existente das mulheres com os homens. Na verdade o uso do termo leva a considerar que trata-se de um estudo que esquece a vida social da mulher em suas relações de força ou não com os homens, é como se a história delas ocorresse indistintamente da presença masculina. E isto não era o que muitas/os estudiosas/os reivindicavam, porque se entendia que a história das mulheres não se dava separadamente da dos homens, fator que culminou na utilização do termo gênero para este fim.

Logo, o termo “Gênero”, utilizado inicialmente, segundo Scott (1995), pelas feministas americanas, pareceu e ainda parece ser o conceito mais adequado a ser empregado nestas pesquisas, pois, por meio dele objetivava-se ressaltar o caráter social existentes nas distinções fundamentadas no sexo, assim como destaca a autora supracitada, quando relata que:

A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo ‘gênero’ enfatizava igualmente o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre as mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo 'gênero' para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer (sic) um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 72).

Desta forma “Gênero”, então seria utilizado para se compreender como as relações entre homens e mulheres em sua complexidade são estabelecidas em um ciclo entrelaçado, no qual as formas de cultura só podem ser entendidas na análise destas relações. Pois, são estas relações que constroem a cultura e, a cultura constrói essas relações, em um ritmo de reciprocidade contínua.

Assim como destaca Scott (1995):

[...] o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. 'Gênero' é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] O uso de 'gênero' enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, p. 75-76).

No entanto, na historiografia este conceito fora abordagem de estudo sob diferentes perspectivas, mas, assim como revela Joan Scott (1995, p. 77), em seu artigo intitulado “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, esta diversidade pode ser resumida em três posições teóricas. Nas quais, a primeira se refere a tentar “explicar as origens do patriarcado”, onde as teóricas/os desta posição pautavam seus estudos primordialmente na sujeição das mulheres aos homens, na desigualdade entre os gêneros, contudo, Scott (1995), chama a atenção para o fato destas/es teóricas/os não estabelecerem explicações no que tange a relação existente entre as desigualdades de gênero com outras desigualdades.

Já a segunda posição teórica, se encontra assentada sobre uma tradição marxista, na qual o gênero segundo Scott (1995, p. 80), era tratado como um subproduto das estruturas econômicas, e “o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio”. Ou seja, as



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

relações entre os gêneros não eram utilizadas para explicar como se construíam as diferenças, mas, sim os meios de produção ou de trabalho que eram utilizados para justificar as relações de desigualdade entre os gêneros.

No que tange a terceira posição teórica, Scott (1995), afirma que esta busca explicar a produção e a reprodução das identidades de gênero através das contribuições de duas escolas de psicanálise: a do pós-estruturalismo francês e nas de teorias anglo-americanas de relação do objeto. A autora comenta que:

Ambas as escolas estão preocupadas com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada, ambas se centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto enfatizam a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aquelas que se ocupam dela, em particular, obviamente, com seus pais), enquanto os/as pós-estruturalistas enfatizam o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero. (Para os/as pós-estruturalistas, 'linguagem' não designa palavras, mas sistemas de significação – ordens simbólicas – que precedem o domínio real da fala da leitura e da escrita). (SCOTT, 1995, p. 80-81).

Contudo, Scott (1995), chama a atenção para a interpretação das teorias de objetos, que ao simplificar a formação das identidades de gênero a esfera familiar, acaba por desconsiderar a influência de outros sistemas sociais.

CONCLUSÃO

Neste artigo fora discutido como a historiografia desde o período da Antiguidade discriminou a presença feminina, já que tratavam-se de estudos em que pautavam-se sobre fontes oficiais, que por sua vez, não continham registros sobre as mulheres. Assim como tratava-se de uma História dos grandes fatos políticos, aos quais os homens eram seus principais representantes.

Fator que veio a mudar com a Nova História, proposta pela Escola dos Annales, à qual contribuiu com o reconhecimento de novas fontes históricas para a inserção das mulheres no



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

campo factual da História, mudança que também recebeu contribuições dos movimentos feministas que passaram a questionar as desigualdades existentes entre os homens e mulheres em todos os níveis da vida social e da produção científica.

Portanto, a partir deste trabalho percebeu-se que durante muito tempo os estudos de gênero, sobretudo, os relacionados à história das mulheres vieram á receber destaque somente entre os períodos Moderno e Pós-Moderno devido ás diferentes mudanças sociais e culturais que estavam a ocorrer nesta conjuntura histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. P. 223-249.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales 129-1989**; tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzel. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História**. São Paulo. V.24, n.1. 2005. P. 77-92

REIS, José Carlos. A Escola Metódica dita “positivista”. In: **A História, entre a filosofia e a ciência**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P. 15-32

_____. O surgimento da “Escola dos Annales” e o seu “programa”. In: **Escola dos Annales: a inovação em História**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. P. 65-90.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. P. 71-99.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **“Mulher bonita é a que luta”: Nas tessituras do feminismo em Campina Grande (1982 à 1992)**. 2014. 74 f. Monografia. (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2014.